

Revista da

FACED

Universidade Federal da Bahia



9

ISSN 1516-2907

A Santa Casa de Misericórdia da Bahia

Um espaço de acolhimento e educação infantil

RESUMO: Este artigo enfoca, no panorama social da Bahia, a educação prestada pela Santa Casa de Misericórdia da Bahia, fundada no século XVI, a meninos e meninas pobres e enjeitados. A Misericórdia, instituição de origem portuguesa, católica mas não subordinada à igreja, acolheu crianças abandonadas e forneceu-lhes abrigo e educação, buscando atender ao Compromisso que a regia, numa cidade colonial, tropical e miscigenada.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Santa Casa de Misericórdia; Pobreza ;Caridade; Criança

Ângela C. S. Santana

Doutoranda em Educação
accsantana@bol.com.br

No século XVI, o Estado português enfrentou a necessidade de efetivamente ocupar e controlar as terras da colônia consideradas oficialmente descobertas por Pedro Álvares Cabral no ano de 1500. A preocupação inicial de real domínio foi seguida por demonstração de atenção, com a criação em 1549, da cidade-capital, Salvador, cidade que abrigaria fortaleza, corpo administrativo e uma população inicial de 1.000 brancos (inclusive 400 degredados), índios e negros.

Durante a sua permanência, de 210 anos de (1549 a 1759), os jesuítas aqui chegados com Tomé de Souza e sob o comando do Padre Manoel da Nóbrega para o cuidado com a evangelização e a educação, contribuíram para impor a unidade lingüística e cultural da colônia. A forte presença jesuítica que procurou controlar a influência das culturas indígenas e africanas e as ameaças constituídas pelas invasões francesa e holandesa nos séculos XVI e XVII, revelou-se omissa e ineficiente para assegurar proteção aos índios e negros contra a virulência dos brancos e, especialmente assegurar integridade física e psicológica às mulheres e meninas, vítimas constates da exploração sexual.

No Brasil Colônia, a união do Estado português e a Igreja era fortemente marcada na educação pela influência jesuítica e em tudo perpassava a religião. A atividade educativa dos jesuítas seguia a *RATIO STUDIORUM*, plano completo de estudos, atuando entre a erudição e a religiosidade. No que se refere à educação, as

crianças negras não tinham acesso à escola. Poucas mulheres (mesmo das famílias mais abastadas) recebiam instrução escolar. A educação feminina se limitava às boas maneiras e às prendas domésticas, condizente com os papéis reservados às mulheres dos colonizadores: o de serem esposas e mães (Werebe, 1997).

Com o passar do tempo, o poder crescente e fortalecido dos jesuítas gerou desgostos e conflito em Portugal, onde se desencadeou uma ampla campanha, inclusive contra a obra educacional que realizavam, considerada obsoleta e obscurantista. Em 1759, o Marquês de Pombal decretou a expulsão da Ordem e, repentinamente deixaram de existir 18 estabelecimentos de ensino secundário e cerca de 25 escolas de ler e escrever.

A medida, que visava substituir os interesses da fé pela escola útil aos fins do Estado, foi respaldada por leis reguladoras da instrução pública e a secularização do ensino. O Gabinete Pombalino almejava a modernização e a laicização do ensino, livrando-o do obscurantismo que marcava a obra jesuítica. Mas suas intenções esbarraram na ausência de condições materiais e recursos humanos. A partir daí, passou a ser ministrado um ensino precário sob a responsabilidade de outras ordens religiosas, em seus conventos e em casas de famílias ricas, e o ensino médio desapareceu como sistema e se resumia, de maneira irregular, às aulas régias

que só tiveram a vantagem, em relação ao dogmatismo jesuítico, de introduzir novas matérias, como as línguas vivas, matemática, física, ciências naturais, etc. Os professores das aulas e escolas régias eram os padres-mestres e capelães de engenho, nomeados com o acordo dos bispos, e quase todos tinham um baixo nível de instrução. Werebe (1997, p....)

Com vinda da família real (1808), D. João VI criou a Escola médico-cirúrgica, (futura Faculdade de Medicina) e deu prioridade à educação para a formação das elites dirigentes. Contudo, o Conde dos Arcos, governador da Capitania da Bahia, interessado na instrução do povo, criou aulas de primeiras letras e aulas de estudos maiores, constituindo-se no “primeiro movimento nacional em prol de nossa escola” (Moniz, p.48). De acordo com Mattoso (1992, p. 206), no seu governo foi criada a primeira Biblioteca Pública, em 1811, com acervo inicial doado por baianos, que teve um público usuário muito restrito.

A Santa Casa de Misericórdia está fortemente marcada na história do Brasil, pois Portugal, ao perceber que a assistência precisava ser institucionalizada unindo os componentes espirituais, o cumprimento da finalidade pública e a ação política, lançou a Misericórdia em todos os seus domínios, o que influenciou fortemente no pensamento e ações dos homens de então.

A Misericórdia foi criada em Portugal em 1498. De origem católica, secular e autônoma, não permitia que membros das ordens religiosas integrassem os seus quadros, e o seu funcionamento era regido pelo Compromisso de Lisboa (1516), estatuto normatizador das ações e procedimentos da Irmandade.

Dentro da ótica e filosofia cristã medieval, a caridade foi um traço marcante e, na sua ritualização, estavam incluídos os cuidados com o corpo e o espírito no exercício das 14 “Obras de Misericórdia” que deviam ser fielmente seguidas: *ESPIRITUAIS*: Ensinar aos ignorantes; Dar bom conselho; Consolar os infelizes; Perdoar as injúrias recebidas; Suportar as deficiências do próximo; Orar a Deus pelos vivos e pelos mortos. *CORPORAIS*: Resgatar os cativos e visitar prisioneiros; Tratar os doentes; Vestir os nus; Alimentar os famintos; Dar de beber aos sedentos; Abrigar os viajantes e os pobres; Sepultar os mortos.

O surgimento da Santa Casa de Misericórdia em terras coloniais brasileiras é parte do projeto português que percebia a necessidade de garantir inquestionavelmente a sua posse e fazê-las rentáveis, atendendo aos seus interesses de garantir a reprodução dos valores de ordem religiosa, política e sociais. Era importante dilatar a fé e expandir o império.

Com os danos causados na cidade de Salvador pela invasão holandesa (1624 e 1625), os arquivos da Irmandade da Misericórdia foram destruídos e, assim, inexistente documento onde esteja registrada a data de fundação da Santa Casa de Misericórdia da Bahia (SCMB), a segunda do Brasil, apontada por alguns autores como tendo sido em 1549 e por outros em 1552.

Como uma organização leiga e não-governamental, impregnada de filosofia humanitária e também de fortes traços de preconceito e vaidade, ela foi um dos pilares da estruturação social baiana, vibrante e participativa em todo processo histórico. A Bahia do século XVII abrigou senhores de engenho, planos de urbanização, comércio, estruturas sociais pouco diferenciadas e um contingente populacional que não parava de crescer. No sé-

culo XVIII, apesar da descoberta do ouro nas Gerais, os progressos de Salvador como metrópole regional continuaram e a cidade apresentava vários problemas infra-estruturais como poucas moradias e não dispunha de significativo poder econômico para enfrentar a concentração de propriedade.

Neste contexto, a SCMB procurou contribuir com as suas diversas ações filantrópicas e, obviamente, buscava cumprir com todas as suas funções mas, neste artigo o enfoque, é dado apenas sobre o primeiro dos compromissos espirituais : “ensinar aos ignorantes”. A importante ação caritativa de acolher crianças e cuidar dos doentes está até hoje presente na memória de muitos, estreitamente ligada à Casa de Roda e ao Hospital Santa Isabel, razão pela qual, acreditamos, tenha ficado ofuscada a ação educativa desempenhada pela instituição.

A atividade educacional tinha como público-alvo crianças “expostas” e crianças pobres. A SCMB sempre recebeu crianças enjeitadas pelos pais, preenchendo a pouca responsabilidade legal da Câmara Municipal com a questão, e a primeira Roda dos Expostos instituída no Brasil foi a da Santa Casa da Bahia, cuja criação foi decorrente da iniciativa do Vice-Rei, Conde de Sabugosa, que fez reunir a Junta Provincial em 1726, para regular e registrar o recebimento de crianças. A efetivação, contudo, só ocorreu em 1734, após a autorização do Rei.(Costa,p.33), que considerava os enjeitados como manchas na reputação da colonização portuguesa e o arcebispo demonstrava preocupação com o aspecto moral e religioso da questão.

A Roda era uma caixa cilíndrica de madeira dividida ao meio e colocada sobre um pino que girava quando a criança era colocada dentro dela, fazendo tocar uma sineta e garantindo o anonimato do depositante. De acordo com Russel-Wood (1981), as crianças de 0 a 7 anos davam entrada na Casa da Roda, (inclusive as brancas, frutos da “desonra” de jovens de classe social alta, eram enviadas a famílias adotivas, que delas cuidavam até a idade de três anos e em contrapartida aquelas recebiam uma pequena ajuda paga pela Santa Casa. Após este período retornavam à instituição e eram abrigadas nas precárias instalações do Recolhimento do Santo Nome de Jesus, pertencente à SCMB, instalado na rua da Misericórdia. Diversos trabalhos, notadamente o de Rodrigues (1998), relatam a pungente situação das crianças, seja no que se refere às acomodações no abrigo, seja nas casas a amas de leite, com um assustador quadro de morbi-mortalidade infantil.

Dentro do panorama mais amplo, a Bahia, berço da Independência (1822), também sentiu que não houve a necessária promoção da educação popular. Dos projetos apresentados à Assembléia Constituinte, resultou a lei de outubro de 1823, que estabeleceu o princípio da liberdade de ensino, sem restrições. Essa lei determinava também: Art 1º - a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugarejos; Art 11- A criação de escolas para meninas, nas cidades mais populosas. Art 179- A garantia de instrução primária gratuita a todos cidadãos. A descentralização administrativa prejudicou ainda mais o já deficiente ensino elementar e a medida não considerou as forças políticas locais, que não tinham interesse em popularizar o ensino, assim como ignorou as variações e recursos de cada região.

De acordo com Nunes (1997, p. 171), “a educação na Bahia, no início do império brasileiro, constituía-se de algumas Aulas Régias, o Colégio Médico-cirúrgico, Colégio de Órfãos de São Joaquim e alguns colégios privados” e em 1830 havia 23 aulas públicas e 22 aulas privadas de primeiras letras.

A SCMB, atenta ao cumprimento do Compromisso, buscava oferecer educação escolar aos seus asilados e, de acordo com Costa (2002, p. 24) em 1830, construiu no Recolhimento um salão para a Escola Primária com duas professoras pagas pela Irmandade; a Bahia continuava a vivenciar as dificuldades no campo da educação, no distanciamento entre a ordem e o cumprimento, como comprova a lei que foi promulgada em 16 de junho de 1832, que criava um significativo número de escolas para as crianças, mas que não foram de pronto instaladas devido à carência de mestres.

No ano de 1840 havia em Salvador 26 escolas para meninos (1415 alunos) e 9 para meninas (484 alunas) e, nesta mesma década, em 1847, durante a provedoria de D. Romualdo Antonio de Seixas, Arcebispo da Bahia, foram estabelecidas na SCMB as “Casas de Expostos em Educação”, uma para cada sexo (Torre, 1922, p.236).

Em 1856, o Professor Abílio César Borges é nomeado Diretor Geral de Instrução Pública. Preocupou-se com as instalações escolares inadequadas, sugerindo que a Província construísse gradualmente novas salas ao invés de pagar aluguéis por tais espaços, além de reconhecer a importância de publicações para dar suporte ao trabalho dos professores, os quais deveriam contar com biblioteca específica e acesso a jornais europeus. Acreditava na eficácia do método de Castilho (método simultâneo) e teve

muito do seu trabalho administrativo prejudicado pela eclosão do cólera morbus (Assis, 1922, p.302).

Durante a década de 50, precisamente em 1857, a SCMB decide pela participação das Irmãs de Caridade de São Vicente de Paula na administração do Asilo das crianças e do Recolhimento para moças pobres que funcionaram conjuntamente até 1858 (o Recolhimento foi extinto por decisão da Irmandade, em face de uma revolta das internas que não aceitaram o formato disciplinar imposto).

A notoriedade das ações da SCMB levou-a a receber em, 11 de outubro de 1859, a visita do imperador Dom Pedro II, que ali deixou, como prova do reconhecimento do valor da obra assistencial, uma pena de ouro para ser guardada nos arquivos, conforme relata Costa (2001, p. 68).

A preocupação da instituição com a precariedade das instalações das crianças, determinou, em 11 de fevereiro de 1862, a aquisição do prédio no Campo da Pólvora onde funcionou o colégio N. Sr^a dos Anjos, fundado em 1853 e dirigido por irmãs de caridade da Sociedade São Vicente de Paula e que em 1859 abrigava 140 alunas (Nunes,1997, p.194).

O novo e definitivo imóvel foi comprado por 66.000\$000 (sessenta e seis contos de réis), ficando as respectivas despesas em 70.265\$468 (Torre,1922, p.237). Ao término das necessárias obras de adaptação, em 29 de julho de 1862 foi inaugurado o estabelecimento, sob a invocação de “Asylo N. Sr^a das Misericórdias”, sendo para ali transferidas as expostas e as 45 recolhidas, sob a orientação de 10 Irmãs de Caridade da Sociedade São Vicente de Paula que ali atuaram durante 51 anos (1862 a 1913). Em 1879, a frequência foi de 180 meninas pobres das circunvizinhanças (Costa, 2001, p. 91).

O Regulamento que regia a vida dos internos, era composto por 49 artigos que tratavam desde a admissão, batismo e cuidados com a infância até a oferta de dotes e enxovais para as noivas dali oriundas. Viviam pois, numa **instituição total**, “onde todos os aspectos da vida são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade” (Goffman, 1990, p.17)

As meninas asiladas eram orientadas para as atividades práticas, corte e costura, trabalhos de prendas domésticas (ASCMB, 1901-1902), numa nítida herança escravista, e a idade de 12 anos significava o fim da infância e o ingresso no mundo adulto, cheio de

trabalho e responsabilidade. Freqüentavam três horas de aula por dia e aos domingos aprendiam um instrumento musical. Poderiam permanecer no Asilo até 18 anos. Cumpriam uma rotina similar a de outras instituições femininas e, de acordo com Passos (1994, p.22), a rotina desenvolvida servia para modelar o caráter, criar convicção e determinar formas corretas de ser mulher.

Fortemente impregnado pela cultura árabe, que lhe marcou por quase 800 anos, o pensamento português não permitia que as meninas recebessem atenção no que se refere a uma educação intelectual. Consideradas como inferiores, eram direcionadas para o desenvolvimento dos atributos considerados femininos e tinham os seus papéis claramente definidos: casa para governar, marido que fazer feliz e filhos que educar na virtude. Nem mesmo as meninas das altas camadas sociais escapavam a esta lógica de excessiva valorização do círculo doméstico, pois, “ao tempo em que as preceptoras as instruíam, o mundo masculino as limitava”. (Mauad, 1981, p.).

Para os meninos das altas camadas sociais, continuadores das atividades mais prestigiadas, eram valorizados os atributos intelectuais. A SCMB, visando preparar os meninos para a futura inserção no mercado de trabalho e assegurar sobrevivência, determinava que eles permanecessem na instituição até a idade de 14 anos, aprendendo algum ofício e tendo 5 horas de aulas por dia. Ao atingirem esta idade eram enviados para instituições ou empregos, e tal medida visava assegurar as diferenças biológicas e morais entre meninos e meninas, sob a explícita aprovação social.

Dentro de um contexto social que sancionava e valorizava a distinção de comportamento entre os sexos, a instituição fazia valer seus recursos de disciplinamento e controle, incentivando a assimilação dos valores socioculturais aceitos e buscando extinguir os indesejáveis. Segundo Foucault (2002), a disciplina “fabrica indivíduos pois é técnica específica de um poder que tem os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício”. Para ele, o poder é algo muito forte, capaz de adestrar o indivíduo, o qual, sob tal adestramento, é passível de ser mais controlado e exigido. Dentro dessa ótica, numa sala de ensino infantil, o pequeno aluno cedo aprende e obedece aos indispensáveis códigos que nortearão a sua conduta. Sob o constante olhar do disciplinador, ali existia o que ele chamou de “biopoder – o poder sobre a vida”.

As crianças e jovens eram subordinadas a controle e ao olhar constante do adulto. Mas o que significava a criança? Jan Amons Comenius, na sua obra *Didactica Magna* (1632) aborda a infância como um período transitório que possibilita a evolução, já que a criança é um ser que precisa ser educado. A *Encyclopaedia Britannica* de 1771 explicita em uma única linha que *infant* é criança pequena. Rousseau (1712–1778) mergulhou nos estudos sobre a especificidade da criança, seus interesses e necessidades, amplamente diversas das peculiaridades dos adultos e, depois dele, estudiosos se interessaram pela criança. Até então adultos e crianças se misturavam no convívio social e a infância não assumia o lugar de sujeito nos discursos.

O desenvolvimento das Ciências Humanas, notadamente a Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem, da Psicanálise e da Biologia, possibilitou maiores conhecimentos sobre a criança, seu desenvolvimento psicobiológico e o ideal de favorecer o crescimento integral da mesma. No século XVIII, houve o fortalecimento do Liberalismo e apareceu a idéia que o homem era o responsável por seu destino e ninguém era obrigado a dar assistência aos mais pobres para que eles não se reproduzam aumentando a miséria. A sociedade capitalista buscava assim explicar as desigualdades sociais e recebe o século seguinte, com suas grandes transformações, inclusive no Brasil com o fim do tráfico de escravos (1850) e a chegada dos imigrantes.

O final do período imperial é fortemente marcado pelas discussões sobre a escravidão, a vida político-partidária e o papel da religião. A proclamação da República (1889) não alterou o quadro de centralização do poder no Brasil, provocando a frustração da população que constatava a alternância dos grupos elitistas no poder e, principalmente das mulheres que acreditaram em mudanças em relação às suas posições e no tocante à instrução.

O Positivismo, que se espalhava nos centros europeus, influenciou a primeira constituição republicana (1891). O panorama educacional continuava precário, com o ensino primário deficiente, com um quadro de professores em sua maioria leigos ou despreparados. A laicidade e a gratuidade do ensino passaram a vigorar e a obrigatoriedade começou a ser discutida e considerada. Neste período, o ensino primário permanecia sob a responsabilidade quase exclusiva dos Estados e nem o governo nem a população viam a educação como necessária, diante da constatação e acomodação com a estrutura socioeconômica embasada na

monocultura e nas grandes propriedades. Isto somado acentuava o caráter elitista e aristocrático da sociedade.

Nessa virada de século, o sujeito passa a ser um elemento com base filosófica, político-ideológica, enfrentando e criando as mudanças de diversas ordens, movido por elementos que conduzem ao individualismo, embasado no lastro da ciência. Assim, no novo século, a criança começa a ser vista e concebida como indivíduo, passível de receber atenção dentro da sua família e na escola; inúmeras transformações ocorrem, especialmente econômicas, e na cidade de Salvador relevantes alterações urbanísticas empurram a população de baixa renda para cortiços no centro da cidade ou áreas menos valorizadas. Salvador era uma cidade que convivia com carências diversas (de calçamento, esgotamento sanitário, coleta de lixo etc) e igualmente com o olhar dos indivíduos nativos ou estrangeiros que criticavam a falta de higiene e atribuíam tais problemas a uma estreita relação entre educação, analfabetismo, cultura e o grande número de negros, mestiços.

O quadro descrito era incompatível com as idéias do que seria uma cidade moderna, higiênica e progressista, agravado pelo fato de que as chagas sociais como mendicância e vadiagem eram expostas aos olhos de todos e, neste quadro, o número de crianças abandonadas tendia a aumentar. Contudo, no que se refere à Educação, Mattoso (1992, p. 207) avalia que “ a educação, pública ou privada, fez notáveis progressos no século XIX. Excelentes escolas leigas privadas se multiplicaram”

A SCMB continuou atuando, e entra no século XX com mais uma ação educacional abrindo uma escola mista, com matrícula gratuita, instalada na Rua da Misericórdia, criada para atender os filhos dos Irmãos da Santa Casa e as crianças pobres da redondeza. Funcionava durante os dias úteis, de 9 às 14 horas, de 3 de fevereiro a 30 de novembro.

“Em 21 de fevereiro de 1901, inaugurou-se a escola Elementar Eloy Guimarães, no pavimento térreo da Repartição Central [...] Para logar da professora foi nomeada alumna mestra D. Maria de Assumpção Lessa” ASCMB (1901-1902).

As carências sociais persistiam, a SCMB mantinha o seu trabalho filantrópico e, em 1923, de acordo com dados publicados no Diário Oficial do Estado da Bahia, o Asylo dos Expostos entre Internato e Externato abrigava 133 alunos (19 meninos e 114 meninas) e a Escola Eloy Guimarães oferecia aulas a 135 crianças (55

meninos e 80 meninas). Havia uma atenção com o lazer e a recreação dos internos “que passam alguns dias anualmente, em mudança de ares, e no uso dos banhos de mar tão necessários à saúde”, propiciada pela estadia na Casa de Férias, em São Tomé de Paripe (RSCMB – 1965, p. 16).

A Roda dos Expostos já estava sendo questionada e foi alvo de debates sobre sua continuidade, considerada como aviltante por uns e benéfica pelos que a viam como forma de evitar o infanticídio. Após muitos debates, a Roda é extinta e, em 5 de agosto de 1934 é aberto o Escritório de Admissão, com regras específicas para a entrada das crianças.

Em 1963, a população do Internato era de 178 crianças de ambos os sexos, assistidas por 50 funcionários, 8 religiosas e um capelão. Vale ressaltar que 13 crianças foram abandonadas nos jardins do Internato, num período em que, há muito, já havia sido extinta a Roda dos Expostos.

Em 1968 a instituição cria no Internato, com a ajuda financeira da Fundação Caluste Gulbenkian, de Portugal, a Escola Jardim Encantado, objetivando alfabetizar as crianças de 4 a 7 anos, internas e externas, estas mediante pequeno pagamento. Durante alguns anos, paradoxalmente, a entidade só matriculou alunos externos, o que lhe valeu duras críticas.

De acordo com Costa (2001, p. 89), o quadro foi alterado em 1933 com a resolução do Provedor, seu dirigente máximo, (Dr. Nilo Simões Pedreira) de matricular as crianças asiladas, em pé de igualdade com as demais, buscando assim evitar discriminações e preconceito. Tal resolução contrariou 25% da clientela que cancelou as matrículas dos filhos que não desejavam ver convivendo estreitamente com as crianças pobres. A decisão foi mantida e a escola funcionou.

Hoje, em pleno século XXI, a SCMB tem clareza sobre a necessidade de adequação às novas realidades sociais tais como atender às exigências do Estatuto da Criança e do Adolescente, especialmente no que se refere a internamento e privação de liberdade: houve a desativação do Internato, ampliação e melhoramento da Escola Jardim Encantado.

Como foco dessa nova etapa de sua ação social na educação infantil e Pré-escolar, vem desenvolvendo um trabalho com 575 crianças (275 no Centro de Educação Infantil da Pupileira, no Campo da Pólvora e outras 300 no Bairro da Paz), estendendo a

atenção às respectivas famílias. Conforme Relatório (RSCMB 2004, p. 6), “as crianças recebem cinco refeições diárias e são envolvidas em atividades educacionais de acordo com a proposta pedagógica previamente definida e as famílias são integradas no projeto, por meio de educação para cidadania que visa desenvolver através de palestras e trabalhos em grupo”.

O projeto pedagógico tem como base o desenvolvimento de competências e habilidades essenciais às crianças da educação infantil, considerando os três pilares da Educação para o 3º milênio, segundo a UNESCO: aprender a fazer, aprender a conviver, aprender a ser. Ainda segundo o Relatório (RSCMB 2004, p. 52), foram firmadas parcerias com outras instituições, tais como Faculdade Ruy Barbosa, Faculdade Social da Bahia, Projeto Integrarte, Centro Odontológico Rotary Club e a Petrobrás que doou livros para a instalação de uma mini biblioteca. Cada um dos parceiros, dentro da sua área de atuação, contribuiu para o melhor acolhimento e atendimento às necessidades dos alunos.

Considerações

Grosso modo, a Educação sempre foi vista como algo que ocorre quando do ingresso na escola, espaço organizado intencionalmente com o fim expresso de transmitir conhecimento dentro de uma realidade social. A realidade social que, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. A pedagogia dialética, plenamente centrada no pensamento crítico, encara a formação do homem como tarefa social, em momento algum negando ou minimizando a influência das estruturas existentes, pois a atividade educativa deve ser sempre entendida como uma libertação e bom uso de forças, tendências e impulsos existentes no indivíduo.

É impossível realmente conhecer o ideário uma instituição como a Misericórdia se a mesma for descolada do seu contexto histórico, socioeconômico, religioso, cultural e político. A Bahia, terra que foi colônia, corte, que abrigou negros de diversas nações, vivenciou fortes movimentos revolucionários, teve a sua gente envolvida em meios de produção extrativista, em exploração do braço escravo, vivenciou tudo isso lastreada por um sistema de crenças e códigos de valores culturais que fizeram marcas profundas na sua tessitura socioideológica.

Numa instituição como a SCMB, havia o espaço destinado à educação de crianças pobres, frutos da miséria, e de crianças de famílias de classe média ou rica, frutos do abandono e do preconceito. Tal espaço, vigiado, disciplinador do corpo e da alma, era palco de exercício de poder de adulto sobre crianças, de noções religiosas sobre mentes em formação, e, também segundo registros, lugar onde se buscava compensar pela caridade, minimamente que fosse o êxito, a ausência do amor materno e familiar, dos laços afetivos e sociais com outros seres, ainda que ali vivessem em conformidade com as estratificações de cor, raça e classe social.

Como não se pode pretender o conhecimento da problemática educacional da Bahia sem uma crítica análise histórico-social, é indispensável que se reconheça a inexistência da neutralidade na educação. A dupla dimensão social e política da Educação deve ser levada em conta num país como o Brasil, com longa tradição de poder centralizador que, muitas vezes, ao distorcer a envergadura dos problemas, não atenta sobre a possibilidade de soluções primordialmente localizadas.

A história das mentalidades, ou a história da época, é útil para o entendimento das estruturas sociais, haja vista que a recuperação do passado, ainda que sofrendo interferência da subjetividade do pesquisador, é uma representação construída a partir de evidências e que a compreensão desse passado pode questionar e modificar a compreensão do presente, que por sua vez, pode modificar a compreensão do passado.

Assim sendo, dentro de um passado/ presente, consideramos relevante pesquisar e conhecer a atuação educacional da SCMB, a práxis pedagógica desenvolvida, bem como sua filosofia e suas características, assim como poder dimensionar suas contribuições e transformações ocorridas no cenário baiano.

ABSTRACT: This article is about the social situation of the people in the state of Bahia and the education given to the poor girls and boys by Santa Casa de Misericórdia Bahia, founded in the XVI century. Although the "Misericórdia" was a catholic and a portuguese institution, it was not dependent on the church. The Santa Casa de Misericórdia helped the kids and offered shelter to them in a tropical, colonial and miscegenated city.

KEY WORDS : Education; Santa Casa de Misericórdia; Poverty; Charity; Kid.

Referências

Fontes Manuscritas

- SANTA Casa de Misericórdia da Bahia. **Atas de 1901-1902**. Salvador, 1902 (ASCMB)

Fontes Impressas

ASSIS, Alberto de. **Instrução primária na Bahia**. Diário Oficial do Estado da Bahia Salvador: 2 de jul. 1923. p.301-315. Edição Comemorativa, 1823-1923.

MONIZ, Egas **A evolução pedagógica na Bahia**. Diário Oficial do Estado da Bahia, Salvador: 2 de jul. 1923, p.48-51. Edição Comemorativa, 1823-1923.

Santa Casa de Misericórdia da Bahia - **Relatório de Gestão, 2003-2004** (RSCMB)

TORRE, Octavio. **Santa Casa de Misericórdia**. Diário Oficial do Estado da Bahia, Salvador: 2 de jul. 1923. p.236-256. Edição Comemorativa, 1823-1923

COSTA, Paulo Segundo da. **Acções Sociais da Santa Casa de Misericórdia da Bahia**. 1ª ed. Salvador: Contexto & Arte Editorial, 2001

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir História da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 2002.

GOFFMAN, ERVING. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1990

MATTOSO, Kátia M. Q. **Bahia Século XIX -Uma província no Império**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MAUAD, Ana. **A vida das crianças de elite durante o Império**. In: DEL PRIORE, Mary (Org.) **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

NUNES, Antonieta. **Educação da Bahia no século XIX**. Salvador: Rev do Inst. Geográfico e Histórico da Bahia, nº 93 p. 165 a 203 - 1997

PASSOS, Elizete S. **A educação das virgens - um estudo do cotidiano no Colégio N.Srª das Mercês**. 1994, Tese. FAGED/ UFBA

RODRIGUES, Andréa da Rocha. **A Infância Esquecida**. Salvador 1900 - 1940. 1998 Dissertação, FFCH/UFBA

RUSSELL-WOOD, A.J.R. **Fidalgos e Filantropos: A Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550 1755**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981

WERWBE, Maria José Garcia. **30 anos depois: Grandezas e Misérias do ensino no Brasil**. 2ª ed, São Paulo: Ática 1997.